Hewlett Packard Enterprise

HP Financial Services Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 04.548.036/0001-65

Relatório da Administração

Senhores Quotistas, Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações dos Resultados e dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **Carteira de locação:** A Carteira de locação da HP Financial Services Brasil Ltda. ("Empresa" ou "Instituição") está representada pelos valores das parcelas de locações a receber no montante de R$ 14.098 mil (R$ 7.343 mil em 2017), composta por contratos com prazos entre 24 e 60 meses. Os valores dos bens de locação estão registrados no Imobilizado de Locação líquidos das Depreciações Acumuladas no montante de R$ 259.154 (2017 – R$ 222.840). **Fontes de recursos:** A Empresa faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário. **Capital social e patrimônio líquido:** O Capital Social, no montante de R$ 100.480 mil, composto de 100.480.100 quotas no valor de R$ 1,00 cada está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu quotista majoritário a HPFS International Holdings IV B.V. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 118.573 mil. (2017 – R$ 106.729 mil). **Agradecimentos:** Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores quotistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Barueri, 29 de Março de 2019

A Diretoria

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	2018	2017
Circulante		**31.354**	30.008
Caixa e equivalente de caixa	3.d	**6.008**	12.950
Recebíveis	5	**14.098**	7.343
Locações a receber		**14.098**	7.343
Outros Ativos	6	**10.538**	9.325
Diversos		**10.820**	9.472
Provisão para devedores duvidosos		**(282)**	(147)
Outros valores e bens		**710**	390
Despesas antecipadas		**4**	–
Bens não de uso		**706**	390
Não circulante		**108**	37
Outros Ativos	6	**108**	37
Crédito tributário		**108**	37
Permanente	7	**259.154**	222.840
Imobilizado de locação		**259.154**	222.840
Imobilizado		**660.982**	606.896
(-) Depreciações acumuladas		**(401.828)**	(384.056)
Total do ativo		**290.616**	252.885

Passivo	Notas	2018	2017
Circulante		**31.035**	18.020
Outras obrigações		**31.035**	18.020
Fiscais e previdenciárias	8	**8.692**	7.678
Diversas	9	**22.343**	10.342
Não circulante	10	**141.008**	128.136
Obrigações por empréstimos e repasses		**141.008**	128.136
Empréstimos no exterior		**141.008**	128.136
Patrimônio líquido	11	**118.573**	106.729
Capital social		**100.480**	100.480
Reservas de lucros		**18.093**	6.249
Total do passivo		**290.616**	252.885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais, exceto lucro por quota)*

	Notas	2018	2017
Receita bruta de vendas e serviços:		**129.873**	129.601
Receita de locação		**129.873**	129.601
Receita líquida de vendas e serviços		**129.873**	129.601
(-) Custo dos serviços	7	**(78.845)**	(74.957)
Depreciação de bens para locação		**(86.750)**	(82.188)
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação		**7.905**	7.231
Lucro bruto		**51.028**	54.644
Receitas (despesas) operacionais		**(31.585)**	(30.875)
Rendas de aplicações financeiras		**274**	–
Despesas com empréstimos	14	**(12.890)**	(12.934)
Despesas tributárias		**(12.644)**	(12.608)
Despesas com pessoal		**(4.141)**	(4.049)
Despesas administrativas	12	**(1.842)**	(1.387)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15	**(135)**	(7)
Outras receitas operacionais	13	**106**	161
Outras despesas operacionais	13	**(313)**	(51)
Resultado operacional		**19.443**	23.769
Resultado não operacional		**(1.403)**	(1.006)
Lucro antes do IRPJ e contribuição social		**18.040**	22.763
Imposto de renda e contribuição social		**(6.196)**	(8.186)
Imposto de renda	15	**(4.580)**	(4.231)
Contribuição social	15	**(1.662)**	(1.540)
Ativo fiscal diferido	**6**	**46**	(2.415)
Lucro do exercício		**11.844**	14.577
Lucro por quota – R$		**0,12**	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

	2018	2017
Lucro dos exercícios	11.844	14.577
Total de resultados abrangentes nos exercícios	**11.844**	**14.577**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	100.480	(8.328)	92.152
Lucro do exercício	–	14.577	14.577
Saldos em 31/12/2017	**100.480**	**6.249**	**106.729**
Lucro do exercício		11.844	11.844
Saldos em 31/12/2018	**100.480**	**18.093**	**118.573**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2018	2017
Lucro do exercício		**11.844**	**14.577**
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido proveniente de (aplicado em):		80.422	80.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(46)	2.415
Depreciações	7	78.845	74.957
Provisão para perdas de outros créditos		135	7
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio		1.488	2.662
Lucro líquido ajustado		92.266	94.618
Variação de ativos e passivos		4.883	1.718
Redução (aumento) em operações de locação		(6.755)	3.989
(Aumento) em outros créditos		(1.373)	(4.513)
(Aumento) em outros valores e bens		(4)	–
Aumento em outras obrigações		13.015	2.242
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		97.149	96.336
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento:			
Aquisição de bens não de uso próprio		(1.804)	(2.677)
Alienação de imobilizado de uso e de locação	7	12.597	10.888
Aquisição de imobilizado de uso e de locação	7	(127.756)	(90.976)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimento		(116.963)	(82.765)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento:			
(Redução) aumento em obrigações por empréstimos e repasses		12.872	(3.426)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		12.872	(3.426)
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(6.942)	10.145
Modificações em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios	3.d	12.950	2.805
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos exercícios	3.d	6.008	12.950
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(6.942)	10.145
Composição de caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades	3.d	6.008	12.950
Total		6.008	12.950

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma apresentado)

1. Contexto operacional – A HP Financial Services Brasil Ltda. ("Empresa" ou "Instituição") tem por objeto social a locação de bens, compra e venda de equipamentos de informática e correlatos, manutenção e outros serviços relacionados a produtos de informática; prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração; representação comercial e mediação na realização de negócios civis e comerciais e participação em outras sociedades na qualidade de quotista ou acionista. A sede social da Empresa está localizada na Alameda Rio Negro, 750, Terreo — Barueri-SP. O objetivo principal da Instituição é a prática de locação de equipamentos de informática e soluções tecnológicas. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo HPE ("Grupo"). Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Instituição, como parte integrante do Grupo HPE **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras –** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas ao menos anualmente. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 29 de março de 2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis –** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são: a) Apuração do resultado: As rendas de locação são registradas quando do vencimento das parcelas de locação. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços. As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. b) Locações a receber: Referem-se a valores a receber de clientes referentes aos contratos de locação, reduzidos da provisão para devedores duvidosos, quando aplicável. As operações de locação são efetuadas a taxa pré-fixadas ou indexadas ao IGPM. Essas operações são efetuadas com recursos próprios ou com recursos de empréstimos contraídos diretamente no exterior. c) Instrumentos financeiros: (i) Classificação e reconhecimento inicial: Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, locações a receber de clientes e outros créditos a receber. Passivos financeiros incluem obrigações por empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • Ativos ou passivos financeiros valor justo por meio do resultado – Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; • Títulos mantidos até o vencimento. • Demais passivos financeiros Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou originação do ativo ou passivo financeiro, respectivamente. (ii) Mensuração subsequente: Os títulos classificados como para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor justo e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. Empréstimos e recebíveis, após a mensuração inicial, são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações com opções, operações de futuro e operações de "swap" são contabilizados aos respectivos valores justos em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge accounting" são avaliadas, na data do balanço, a valor justo, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período. (iii) Baixa de ativos financeiros e perda por valor não recuperável ("impairment"): Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou a Empresa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos e (a) transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. A Instituição avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva ("um evento de perda" incorrido) que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults. O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Empresa. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Passivos financeiros: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. d) Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

Disponibilidades	2018	2017
Depósitos bancários	**6.008**	12.950
Total de caixa e equivalente de caixa	**6.008**	12.950

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de depósitos bancários referem-se substancialmente a recursos captados e não aplicados em operações de locação. e) Imobilizado: Substancialmente representado por equipamentos de informática. A depreciação é calculada pelo método linear, contabilizada mensalmente, com base nos respectivos prazos de vida útil dos bens, estimado em até 5 anos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. f) Imposto e contribuição sobre a renda: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240, e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos" e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo. g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo: • Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. • Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. • As questões relacionadas às obrigações legais, fiscais e previdenciárias, onde estão sendo contestadas, através de demandas judiciais, a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, são tratadas como obrigações com efeito suspensivo. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não havia nenhuma ação em aberto. h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("*impairment*"): É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment". A Empresa realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável. i) Conversão de moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Empresa. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. j) Obrigações por empréstimos: A Empresa financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às captações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a empresa necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da empresa. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato. **4. Gestão de riscos financeiros –** Os principais passivos financeiros da Instituição referem-se a obrigações por empréstimos e repasses. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Empresa de forma a custear as aplicações e investimentos em aquisições de imobilizado e originação de contratos de locação. a) Risco de mercado: A Empresa participa de operações ativas – locações a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz e/ou partes relacionadas, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração, que buscam o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas, minimizando quaisquer exposições ou susceptibilidade desfavorável a variações nos preços de mercado, taxas de juros, índices ou moedas. b) Risco de liquidez: A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo Grupo com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a Instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração. As demonstrações financeiras apresentaram capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$ 319 (R$ 11.988 em 2017) devido ao critério de contabilização das operações de locação onde o valor de locações a receber é representado pelas parcelas faturadas e ainda não recebidas onde parte desses recebíveis de contratos de locação encontram-se registrado no Ativo Permanente o qual gera fluxo futuro de recebíveis. Adicionalmente, como as captações de recursos da Empresa são contratas junto à matriz no exterior, existe o compromisso de realizar novas operações de empréstimos ou rolagem de dívidas das operações existentes sempre que haja necessidade de recursos adicionais. c) Risco de crédito: A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito. d) Risco operacional: instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Instituição, como parte integrante do grupo no Brasil, implementou estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à diretoria da Instituição e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional. e) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital da Instituição é assegurar que esteja em condição e capacidade financeira livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista do Grupo. A estrutura do capital da Instituição é administrada considerando as mudanças nas condições econômicas locais e internacionais. A administração considera que a Empresa está adequadamente capitalizada e estruturada, considerando o nível corrente de suas operações. **5. Carteira de locação –** A carteira de locação da Empresa representada pelo somatório dos pagamentos mínimos das parcelas dos contratos de locação no montante de R$ 14.098 (R$ 7.343 em 2017). Os valores dos bens de locação estão registrados no imobilizado de locação líquido das depreciações acumuladas no montante de R$ 259.154 (222.840 em 2017). **6. Outros créditos – diversos**

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	338	324
Créditos tributários	108	62
Impostos e contribuições a compensar	6.323	5.977
Outros devedores	4.159	3.146
Provisão para devedores duvidosos	(282)	(147)
Total	**10.646**	**9.362**
Curto Prazo	**10.538**	**9.325**
Longo Prazo	**108**	**37**

Créditos tributários: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

31 de dezembro de 2018	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Diferença temporária sobre provisão para devedores duvidosos	62	46	–	108
Total	**62**	**46**	**–**	**108**

Em janeiro de 2017 foi feito um ajuste no resultado de Imposto Diferido referente a 2016 no valor de R$ 324

31 de dezembro de 2017	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Base negativa de impostos	2.064	–	(2.064)	–
Diferença temporária sobre provisão para devedores duvidosos	89	–	(27)	62
Ajuste de imposto diferido referente a 2016	–	–	(324)	
Total	**2.153**	**–**	**(2.415)**	**62**

Com base no atual nível de capitalização e operações da Empresa, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2018, tenham a sua realização futura da seguinte forma: Expectativa de realização:

Créditos tributários de imposto de renda	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Diferença temporária sobre provisão para devedores duvidosos	23	5	4	11	37	80
	23	**5**	**4**	**11**	**37**	**80**
Valor presente	**21**	**4**	**3**	**7**	**21**	**56**
Créditos tributários de contribuição social						
Diferença temporária sobre provisão para devedores duvidosos	8	2	1	4	13	28
	8	**2**	**1**	**4**	**13**	**28**
Valor presente	**7**	**2**	**1**	**3**	**8**	**21**

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 11,3627% ao ano, referente ao custo médio das captações da empresa. **7. Imobilizado –** A movimentação dos ativos integrantes do imobilizado de locação durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estavam apresentadas a seguir:

	Saldo inicial	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo final
Exercício findo em 31/12/2018	222.840	127.756	(78.845)	(12.597)	259.154
	222.840	**127.756**	**(78.845)**	**(12.597)**	**259.154**
Exercício findo em 31/12/2017	217.709	90.975	(74.957)	(10.887)	222.840
	217.709	**90.975**	**(74.957)**	**(10.887)**	**222.840**

8. Outras obrigações – fiscais e previdenciárias	2018	2017
Imposto de renda (Nota 15)	4.580	4.231
Contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 15)	1.663	1.540
PIS e COFINS	1.103	955
INSS sobre Salários	477	331
	2018	**2017**
Imposto de renda retido na fonte sobre salários	663	481
FGTS sobre salários	195	140
Imposto de renda retido na fonte	9	–
Outros	2	
	8.692	**7.678**

9. Outras obrigações – diversas	2018	2017
Obrigações por aquisição de bens e direitos	16.866	5.184
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas de pessoal	2.465	2.037
Provisão para pagamentos a efetuar – despesas administrativas	2.725	3.047
Outros credores	287	74
	22.343	**10.342**

10. Obrigações por empréstimos

Empréstimos no exterior	Juros	Indexador	Vencimento	2018	2017
Compaq Trademark B.V.	10,7846% a.a.	PRE	Set/2020	141.008	128.136
				141.008	**128.136**
				141.008	**128.136**

11. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado, estava representado por 100.480.100 quotas no valor de R$1,00 cada, estando assim dividido:

	2018	2017
HPFS International Holdings IV B.V.	99.475	99.475
HPFS Funding B.V.	1.005	1.005
	100.480	**100.480**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas. Os resultados obtidos em cada ano fiscal, ou períodos menores, terão a destinação, após deduzido o valor da Reserva Legal, que lhes for determinada em reunião de sócios representando a maioria do capital social, garantida a todos os sócios a sua participação proporcional. Conforme Contrato Social, aplicam-se as disposições societárias previstas na Lei 6.404/76 das S.A. e alterações posteriores.

12. Outras despesas administrativas	2018	2017
Viagem	**(64)**	(53)
Publicações	**(45)**	(45)
Despesas do sistema financeiro	**(52)**	(2)
Serviços técnicos especializados	**(1.139)**	(667)
Despesas com transportes	**(52)**	(51)
Contribuição sindical patronal	**–**	(47)
Rateio de despesas	**(459)**	(507)
Outras	**(31)**	(15)
	(1.842)	(1.387)

13. Outras receitas (despesas) operacionais	2018	2017
Outras receitas operacionais		
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	**17**	23
Variação monetária sobre antecipação de impostos	**3**	10
Lucro na venda de bens adquiridos de terceiros	**–**	6
Receitas financeiras	**86**	122
	106	161
Outras despesas operacionais		
Multas e juros sobre impostos	**(17)**	(47)
Despesas indedutíveis	**(296)**	–
Prejuízo na venda de BNDU	**–**	(4)
	(313)	(51)

14. Transações com partes relacionadas e remuneração dos administradores – Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, são refletidos nas seguintes contas:

	2018	2017
Ativo		
Locações a Receber: Hewlett Packard Brasil Ltda.	688	382
Outros créditos – valores a receber de ligadas	2.442	1.637
Passivo		
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V.	(141.008)	(128.136)
Resultado		
Receita de Locação: Hewlett Packard Brasil Ltda.	3.448	2.434
Despesas com operações de empréstimos e repasses		
Compaq Trademark B.V.	(12.871)	(12.934)

Os administradores da Empresa são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo considerados como funcionários da Empresa. Os administradores, além da remuneração mensal e benefícios previstos na legislação trabalhista, gozam de benefícios de curto prazo como seguro de vida, assistência médica, vale refeição, vale alimentação e veículo para representação e locomoção. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os administradores receberam o valor de R$ 1.889 (2017 – R$ 1.448) considerando salários, resultado de participação nos resultados e benefícios de curto prazo. **15. Imposto de renda e contribuição social –** Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**18.041**	**18.041**	22.763	22.763
Adições (exclusões)				
Permanentes	**296**	**296**	(48)	(48)
Juros e multas sobre impostos	**–**	**–**	(48)	(48)
Despesas/provisões dedutíveis e outras	**296**	**296**	–	–
Temporárias	**135**	**135**	7	7
Provisão para devedores duvidosos	**135**	**135**	7	7
Base de cálculo antes da compensação do prejuízo fiscal e base negativa	**18.472**	**18.472**	22.722	22.722
Compensação de prejuízo fiscal	**–**	**–**	(5.614)	(5.614)
Base de cálculo após compensações	**18.472**	**18.472**	17.108	17.108
Encargos às alíquotas de 25% (imposto de renda) e 9% (contribuição social)	**(4.580)**	**(1.662)**	(4.231)	(1.540)

16. Instrumentos financeiros derivativos – As operações realizadas pela Empresa envolvendo derivativos visam à redução dos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetivada através de definição de estratégias de operação, estabelecimento de políticas e sistemas de controle e determinação de limites e acompanhamento de posições. A Empresa realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, os quais são registrados e atualizados em contas patrimoniais ou de compensação, que se destinam a atender às suas necessidades próprias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

Diretoria

Ismael Paes Gervasio *– Diretor*
Alberto Hiroshi Okawa *– Diretor*
Ismael Paes Gervasio *– Contador CRC 1SP 130.437/O-0*

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
HP Financial Services Brasil Ltda.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Brasil Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Brasil Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

EY

Ernst & Young	**Gilberto Bizerra de Souza**
Auditores Independentes S.S.	Contador
CRC-2SP 034.519/O-6	CRC – RJ 076.328/O-2